

## **TÍTULO: A PRODUÇÃO DE CARTILHAS PORTUGUESAS E BRASILEIRAS PARA O BRASIL DO SÉCULO XIX**

**AUTOR: MACIEL, FRANCISCA IZABEL PEREIRA<sup>1</sup>**

Iniciamos fazendo uma reflexão relativa às cartilhas e a história da alfabetização e indicando como este é um campo de pesquisa recente. É uma reflexão de natureza exploratória, posto que o conhecimento historiográfico sobre a história da alfabetização é ainda pouco explorado nas pesquisas acadêmicas.

A ausência de pesquisas historiográficas sobre a alfabetização pode ser comprovada com pequeno número delas, em relação ao elevado número de teses e dissertações que tomam como foco de análise a alfabetização na atualidade. Dados da pesquisa *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento* (Soares & Maciel, 1999; <http://www.inep.gov.br>) revelam que, de um total de 799 teses e dissertações produzidas no período de 1961-2001, são apenas seis os trabalhos históricos sobre alfabetização<sup>2</sup>. Entretanto, ainda que a historiografia da alfabetização não apresente uma densidade teórica, é pertinente trazer à tona alguns questionamentos e reflexões metodológicas, no sentido de dar visibilidade a como têm sido constituídas as abordagens sobre a temática.

As últimas décadas do século XX marcaram um crescimento bibliográfico e acadêmico na área da alfabetização. Esse crescimento congrega pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento: pedagogos, psicólogos, antropólogos, lingüistas, sociólogos, historiadores.

Segundo Soares & Maciel (1999), até meados da década de 80, estudos e pesquisas sobre alfabetização voltavam-se quase que exclusivamente para as facetas psicológicas e pedagógicas: privilegiavam-se os processos psicológicos, por meio dos quais o indivíduo aprende a ler e a escrever,

---

<sup>1</sup> Prof. da FaE/UFMG e pesquisadora do CEALE e GEPHE/FaE/UFMG

<sup>2</sup> Dietzsch (1979); Carvalho(1998); Mortatti (1997); Amâncio (2000); Maciel (2001); Trindade(2001).

particularmente em seus aspectos fisiológico e neurológico, com freqüente ênfase nas chamadas disfunções psiconeurológicas; também se privilegiavam as questões pedagógicas, sobretudo os problemas dos pré-requisitos (prontidão) para a alfabetização e dos métodos de alfabetização.

Porém, à medida que se foi reconhecendo, recentemente, a complexidade do fenômeno alfabetização e a multiplicidade de aspectos sob os quais ele pode e deve ser considerado, estudiosos e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento passaram a dedicar-se à análise e à investigação desse fenômeno. Ao enfoque psicológico, predominantemente de natureza fisiológica e neurológica, acrescentam-se, hoje, as abordagens psicológicas cognitivas, sobretudo no quadro da psicogênese; e à perspectiva psicológica veio juntar-se perspectivas que explicam outras facetas da alfabetização: a perspectiva psicolingüística, a sociolingüística e a propriamente lingüística. Além disso, a compreensão dos determinantes sociais e políticos da educação, resultado da análise crítica a que vêm se submetendo, nos últimos anos, o ensino e a escola, têm produzido estudos sobre os condicionantes da alfabetização, sob as perspectivas sociológica, antropológica, econômica e política.

Considerando essa complexidade que envolve a temática da alfabetização em seus aspectos conceituais, culturais, sociais, políticos, educacionais e psicológicos, o campo de pesquisa sobre esse fenômeno configura-se como uma área que necessariamente precisa fazer interface com outros campos de conhecimentos científicos e acadêmicos – o campo historiográfico é um deles.

As pesquisas historiográficas presentes na literatura internacional são também produções recentes, de meados da década de 80. Entre os autores que têm ajudado a refletir sobre a história da alfabetização no Brasil, destacamos as contribuições de Harvey Graff (1990,1994) como um dos pioneiros a questionar a complexidade do fenômeno do alfabetismo; as relações de causa e consequência entre alfabetização e desenvolvimento econômico; a dificuldade de se definir e avaliar os critérios para a alfabetização.

Além dos estudos de Graff, merecem também destaque as pesquisas realizadas por Havelock (1995), Goody (1987), Olson (1995) e Chartier (1996, 2002), que versam sobre as culturas orais e os efeitos sobre elas da introdução da cultura escrita e tipográfica. Destaca-se, ainda, Vinão Frago (1990,1993) que tem ampliado estudos sobre as culturas e as práticas escolares, incluindo o aprendizado da leitura e da escrita, como elementos que se articulam na configuração de um campo do saber pedagógico, no qual estará presente a produção de uma consciência individual e social de que a instrução é um fator importante de reordenamento social. Magalhães (1994) também nos ajuda a repensar a história da alfabetização no Brasil, a partir de seus estudos sobre a cultura escrita e o processo de escolarização em Portugal no antigo regime. Uma outra contribuição para as questões da história da alfabetização é o debate da relação entre escolarização e alfabetização em pesquisas realizadas por Jean Hébrard (1996, 1999).

No Brasil começa a delinear-se uma crescente produção acerca da história da alfabetização. Para a análise da produção bibliográfica nacional, priorizo aqui os resultados de pesquisas de autores brasileiros que vêm desenvolvendo trabalhos sobre a aprendizagem inicial da leitura e da escrita. As teses e dissertações na perspectiva histórica, identificadas na pesquisa anteriormente mencionada - *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento* - compõem basicamente o conjunto de pesquisas históricas no Brasil sobre o tema. É, como já foi dito, uma produção pequena, se comparado ao total de teses e dissertações sobre alfabetização, o que demonstra o interesse ainda incipiente pela abordagem histórica na área da alfabetização.

Esse interesse pode ser explicado por vários fatores, entre eles, a ampliação de uso, pelos historiadores, de fontes primárias tais como: relatórios de presidentes de províncias, de inspetores, de diretores, solicitações de pedidos e remessas de materiais escolares e os próprios objetos escolares como as cartilhas, os cadernos de alunos e professores e as práticas que envolvem o aprendizado da leitura e da escrita . Juntamente à ampliação das fontes, surgem novas abordagens, sobretudo graças ao referencial da história cultural, que traz a possibilidade de relacionar os usos e funções sociais do

aprendizado da escrita aos diferentes contextos sociais e, desse modo, recuperar práticas culturais relativas à leitura e às suas sociabilidades - formas de produção, de circulação, de modos de recepção de textos.(Chartier, 1996).

No conjunto das teses e dissertações sobre alfabetização, numa perspectiva histórica, três delas têm como foco o Estado de São Paulo: Dietzsch (1979), Mortatti (1997) e Carvalho (1998); as demais têm como foco o Mato Grosso - Amâncio (2000), Minas Gerais – Maciel (2001) e Rio Grande do Sul – Trindade (2001).

Em síntese, pode-se dizer que nas pesquisas citadas, o período analisado corresponde às últimas décadas do século XIX, e a problematização em torno da alfabetização pode ser agrupada em dois eixos temáticos: os métodos de leitura e escrita e os livros didáticos - cartilhas. É óbvio que os dois eixos se entrelaçam, mas o que os diferencia é o foco de análise, segundo os questionamentos propostos pelo pesquisador.

A aquisição dos livros didáticos, juntamente com outros utensílios utilizados nas escolas, tais como tinta, papel por parte do governo para ser distribuído para as escolas é discurso recorrente nos relatórios dos presidentes de província procurando destacar não só os gastos, mas também demonstrar as preocupações em torno da necessidade de se ter uma homogeneidade no ensino, de modo a facilitar o controle das escolas, diminuir os gastos com os livros didáticos que deveriam preferencialmente de poucos autores.

O artigo 61 do Regulamento do Ensino Público e Particular – 1883 de Minas Gerais:

São garantidos prêmios aos professores, que escreverem compêndios e livros para uso nas escolas. Esses prêmios serão concedidos pelo governo, depois de adotados os livros, a que se referem, e se farão efetivos, logo que a assembléia provincial houver concedido quota para este fim. (p.20)

Segundo Choppin (1992), a expansão e a diversificação dos livros didáticos devem-se, em grande parte, à vulgarização do Ensino Simultâneo, como metodologia que tinha como princípio racionalizar e uniformizar o sistema de instrução pública. Atuando numa simbiose com os métodos de leitura, os livros didáticos – as cartilhas - entram no clima e esquentam o debate em torno das questões metodológicas para a aprendizagem da leitura e da escrita. No século XIX, é significativo o número de Relatórios dos Presidentes de Província que argumentam a favor da organização de compêndios e do uso desse artefato por parte dos alunos e professores visando ao bom desempenho do ensino.

Buscar a uniformidade do ensino por meio de uma metodologia se tornaria mais viável e racional se os princípios metodológicos pudessem ser materializados em um compêndio destinado aos alunos e professores.

A falta de compêndios para o ensino da leitura é discurso recorrente nos relatórios do oitocentos, assim como não são raras as explanações sobre os gastos feitos pelo governo com os meninos pobres e *com a compra de compêndios, e de diversas obras, cuja lição pode muito interessar não só aos discípulos, mas também aos professores* . [Presidente Sebastião Barreto Pereira Pinto, 04/02/1841]

Pode-se dizer que dois fatores contribuíram decisivamente para a escassez dos livros, em geral, nas escolas primárias: o alto custo dos livros e a escassez de livros de autoria nacional. Assim, na tentativa de sanar a falta de autores de livros didáticos, o governo provincial institui concursos e distribuição de prêmios para autores de livros escolares, conforme descreve o Art. 61 do Regulamento do Ensino Público e Particular de Minas Gerais(1883:20):

São garantidos prêmios aos professores, que escreverem compêndios e livros para uso nas escolas. Esses prêmios serão concedidos pelo governo, depois de adotados os livros, a que se referem, e se farão efetivos, logo que a assembléia provincial houver concedido quota para este fim.[ Regulamento do Ensino Público e Particular MG- 1883:20]

No campo de produção de cartilhas nacionais, podemos dizer que o ano de 1883 é um importante marco na história da produção de manuais didáticos. Nesse ano, realizou-se no Rio de Janeiro a Exposição Pedagógica com avaliação de vários manuais, entre eles merece destaque a 'Cartilha Nacional' e o 'Primeiro Livro de Leitura', ambos de autoria de Hilário Ribeiro (Pfromm Neto et al). É importante destacar o lugar dos professores nesse debate, não apenas como meros receptores e repassadores de um saber a ser ensinado, sistematizado nos manuais, mas como potenciais autores.

Os livros didáticos configuram, de certo modo, como uma estratégia didática fundamental para o desenvolvimento dos programas oficiais seguidos pelos professores (Escolano, 1997). Assim, é pertinente a atenção e o espaço que os manuais ocupam nos debates das políticas educacionais. As condições estabelecidas podem ser a configuração do currículo, a metodologia, os valores com que se quer configurar a cidadania do futuro.

Podemos atribuir a ausência de autores brasileiros de cartilhas à introdução tardia da Imprensa Régia no Brasil, em 1808, ao alto custo de impressão e à política governamental. Tambara (2002) tem investigado e inventariado os livros didáticos das escolas de primeiras letras no Brasil, no século XIX.

Essa reflexão revela que são muitos os aspectos sob os quais as cartilhas e livros didáticos em geral podem ser estudados, sob uma perspectiva historiográfica em (Escolano, 1997;1998 Ossenbach, & Somoza,2001), o que tem levado os pesquisadores a buscar novas fontes e novos métodos de análise e enfoques diferenciados. (Nóvoa & Berrio, 1993), É nesta tendência que se insere o trabalho que venho desenvolvendo no pós-doutorado, na PUC/SP, sob a supervisão do prof. Kazumi Munakata de um estudo comparado da produção portuguesa e brasileira. O objetivo é, de um lado, uma investigação sobre a história da alfabetização, no Brasil e em Portugal, de outro lado, a análise de um conjunto de fontes que vêm sendo pesquisadas por pesquisadores brasileiros em parceria com pesquisadores brasileiros e portugueses.

Nas últimas duas décadas, constatamos que as pesquisas sobre livros didáticos em geral têm despertado o interesse de um grupo significativo de pesquisadores de diversos países, na Europa e também na América Latina. (Chartier, Choppin, Escolano, Ossenbach, Somoza Rodríguez, Cucuzza, Pineau, Carvalho, Kazumi Munakata, Bittencourt, Galvão & Batista, Trindade, Amâncio&Cardoso, Peres, Tambara, Maciel&Frade). Assim, os livros didáticos têm sido tomados como fonte e/ou objeto de pesquisa sob diferentes perspectivas de análise por parte dos pesquisadores historiadores.

O aporte teórico-metodológico da história cultural, em especial, os conceitos de apropriação, representação e materialidade nos estudos de Chartier em sido utilizado pelos pesquisadores para analisar os livros didáticos sob diferentes facetas, entre elas destaca a presença ou não dos livros; se e como os livros didáticos eram utilizados; quem tinha acesso ao livro didático; quais os livros realmente utilizados pelos professores e alunos; como eram utilizados no cotidiano escolar; autoria; configuração de ideários metodológicos e sua distribuição.

Segundo Alain Choppin (1992) os livros didáticos além de representar privilegiada fonte para os interesses da educação, da semiologia da imagem, das estratégias editoriais, os manuais transcendem as fronteiras nacionais. Se levarmos em conta a extensão regional do Brasil, a diversidade econômica e social, podemos afirmar que temos vários *Brasis*, o que nos leva a indagar sobre os diferentes usos e apropriações do livro didático nos estados brasileiros, assim como a emergência de se realizar estudos e pesquisas comparativas.

Escolano (1997) afirma que os livros didáticos configuram de certo modo como uma estratégia didática fundamental para o desenvolvimento dos programas oficiais seguidos pelos professores. Assim é pertinente a atenção e o espaço que os manuais ocupam nos debates das políticas educacionais. Buscando conhecer o lugar que os livros didáticos ocuparam na instrução pública este trabalho tem como objetivo ampliar o leque de discussões que fundamentam a história e as funções social e econômica dos livros didáticos na história da educação brasileira. Podemos dizer que os livros didáticos, em especial, os livros de iniciação à leitura (sejam eles *silabários*, *cartas do abc*,

*cartilhas, pré-livros*), é uma publicação especializada, com identidade própria, traz um ideário e um modelo pedagógico para configurar o currículo e organizar a prática escolar. (Escolano, 1997:21)

Os livros podem ser analisados de diferentes perspectivas: a presença ou não dos livros didáticos, se e como os livros didáticos eram utilizados, quem tinha acesso, quais os manuais utilizados, como eram utilizados no cotidiano escolar e sua distribuição.

### **Cartilhas brasileiras**

Falar da e sobre as cartilhas e a história da alfabetização no Brasil no século XIX é algo que demanda do pesquisador um grande esforço, pois este é um campo ainda pouco explorado nas pesquisas acadêmicas. Isso ocorre não só pela dificuldade de acesso aos documentos, mas também pelo contexto.

Inicialmente é importante fazer uma abordagem etimológica da palavra **Cartilha**. Para Houaiss (2001) etimologicamente *carta + ilha* designa um *pequeno caderno que contém as letras do alfabeto e os primeiros rudimentos para aprender a ler, carta do abc*. De acordo com o dicionarista Caldas Aulete **Cartilha**: *s.f. diminutivo de carta, livro ou carta para ensinar a ler, compendiozinho de doutrina cristã*. O verbete sugere-me a procura do significado de **Carta**: *s.f. carta de nomes ou simplesmente carta, livro ou coleção de abecedários em diferentes caracteres e de palavras soltas para o ensino da leitura, cartilha*. No dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda a definição de Cartilha é restrita: *livro para aprender a ler*, tal como ocorre no dicionário ilustrado de Koogan/Houais (1998:3<sup>a</sup> ed) *livro para ensinar a ler*. A diferença entre as definições (restritas) encontradas no Aurélio e a de Koogan/Houais é determinada pelo papel do sujeito, isto é, nas duas primeiras encontramos uma definição que se aproxima aluno/aprendiz, e na segunda o sujeito aproximado é o professor/instrutor. É interessante observar que em todas as definições, o significado de cartilha é restrito ao ensinar e/ou aprender a ler, os conhecimentos linguísticos e textuais são vistos como agregados e/ou pós-aprendizagem da leitura. O pressuposto de que o aprendizado da leitura antecede ao da escrita é comprovado nas cartilhas



analisadas, isto é, percebe-se que as definições ensinar/aprender a ler é que constituem as bases metodológicas de alfabetização. (Maciel, 2002)

Na História do Ensino no Brasil, as Primeiras Cartas, ou as Cartinhas destinadas a alfabetização<sup>3</sup>, foram produzidas em Portugal, e chegou até nós no final do século XVI. Entretanto, são esparsas as informações sobre o material didático destinado a alfabetização da população brasileira entre os séculos XVI e século XVIII. Essa lacuna, pode em parte, ser explicada pelo alto índice de analfabetismo no país, retomando os dados levantados por Lawrence Hallewell, (1985) no ano de 1888 a população livre era de 12.950 milhões de pessoas, desses 258.302 estavam matriculados nas escolas primárias, ou seja apenas 0,2%; diante de percentagem tão medíocre tornava-se inviável produzir livros para um mercado inexistente.

A crônica de Machado de Assis, publicada originalmente em 15 de agosto de 1876 denuncia o alto índice de analfabetismo no império: “- A nação não sabe ler. Há só 30% dos indivíduos residentes neste país que podem ler; desses uns 9% não lêem letra de mão. 70% jazem em profunda ignorância.” As poucas escolas existentes, o descaso de Portugal com relação a escolarização da população brasileira, com interesse maior em nossas riquezas naturais deixavam em segundo plano as questões envolvendo a alfabetização dos brasileiros.

Na verdade, os estudos sobre a história da alfabetização têm priorizado fazer inventários das cartilhas (Stamatto, 1996; Mortatti, 1997; Amâncio, 1998; Tambara, 2002; Maciel & Frade, 2002). Pesquisas dessa natureza é uma etapa necessária para a constituição do campo e do conhecimento, pois as cartilhas são representativas das práticas e dos ideários pedagógicos, assim como das práticas editoriais e, historicamente, vêm se constituindo como primeira via de acesso à cultura escrita. (Maciel, 2003)

Uma abordagem histórica das cartilhas vem responder também a uma necessidade de compreender as práticas escolares da leitura e da escrita e as

---

<sup>3</sup> O termo alfabetização é recente na história do ensino, entretanto ele será mantido por se considerar que este é o campo pedagógico específico para o qual se destina os materiais didáticos aqui analisados.

transformações das concepções de ensino-aprendizagem da alfabetização ao longo do tempo.

Os pesquisadores Amâncio (1998), Maciel & Frade (2002,2004) e Trindade (2004), que buscam repertoriar as cartilhas<sup>4</sup>, têm não só contribuído para a identificação desse material produzido desde o século XIX, mas também possibilitado a realização de pesquisas comparativas de natureza editorial, metodológica e regional. Um trabalho dessa natureza é a pesquisa *Cartilhas escolares: ideários, práticas pedagógicas e editoriais-1834-1997*<sup>5</sup>, que envolve pesquisadores de três Estados: Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

O repertório realizado por Frade & Maciel (2002,2004) leva à identificação de enfoques que precisam ser investigados; entre eles, destaca-se o sucesso editorial alcançado por alguns títulos. A estabilidade de determinadas obras por mais de um século e com várias edições precisa ser melhor investigada, assim como o número de Inspetores de Ensino, diretores de Liceus e Escolas Normais e professoras primárias que foram autores de manuais didáticos. O fato de se ter um número representativo de professores como autores nos fazem indagar quem são esses professores que, de certa forma, definiam e ordenavam os saberes, escolarizando-os e didatizando-os para uso dos demais professores do Brasil. Quem são os professores-autores das cartilhas cujas edições são longevas? Como explicar a semelhança entre vários títulos? Na tentativa de responder a essa questão, Escolano (1997:28) esclarece que *a uniformidade e o plágio foram comportamentos habituais no setor de produção editorial de livros didáticos.*

---

<sup>4</sup> Além dos pesquisadores do CEALE, que têm se dedicado às investigações de livros didáticos de alfabetização e língua portuguesa, e dos autores mencionados no texto, que desenvolvem pesquisas tematizando a história da alfabetização, destaco o grupo de pesquisadores da USP e PUC/SP, coordenado pela Profa. Circe Bitencourt e Kazumi Munakata, que desenvolvem pesquisas sobre livros didáticos em geral

<sup>5</sup> Esta pesquisa conta com o financiamento do CNPq, é uma pesquisa interinstitucional sob a coordenação geral de Frade & Maciel.

Esses comportamentos tornam-se mais evidentes na produção de cartilhas, que apresentam uma linguagem textual reduzida em pequenas lições que podem ser de letras, sílabas, palavras e textos com um vocabulário reduzido. A longevidade de determinadas cartilhas é conseqüência da estabilidade de alguns títulos que tiveram inúmeras reedições sem apresentar nenhuma alteração. É comum encontrarmos cartilhas em que personagens e animais possuem o mesmo nome, cuja temática é semelhante, assim como as divisões das lições e os tipos de exercícios. A prática do plágio pode ser explicada em função do sucesso editorial alcançado por determinado título que, conseqüentemente, servirá de modelo para outros autores e editores.

A importância do estudo das cartilhas para a história da alfabetização está no fato de que as cartilhas, independente de sua proposta metodológica, elas são concebidas com finalidade didática, diferentemente de outros livros que foram posteriormente didatizados (Escolano, 1997). As cartilhas oferecem muitas possibilidades de investigação como em sua materialidade - formato, volume, ilustrações, disposição das lições e exercícios, tipo de letra; sua proposta político-didática - concepção de método de leitura e escrita; e ainda nos permite aproximarmos daqueles que aprenderam e dos que ensinaram, em contextos diferenciados. (Maciel, 2003)

A relação entre livro didático e a nacionalização, no Brasil, remonta ao século dezenove. Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1996) demonstram que o “abrasileiramento dos livros didáticos só se torna realidade no fim do século XIX”.(p.183) O processo de nacionalização é demandado por escritores nacionais, professores e outros intelectuais, numa luta pelo mercado editorial e também na esteira da reivindicação ideológica de um país que se quer independente. (Lajolo et al.:193).

A necessidade de uma produção didática nacional sempre esteve em pauta, pois o fato de se ter uma lei que proibia a produção e circulação editorial nacional até 1808 era motivo de um certo descontentamento por parte de alguns intelectuais, professores e autores de livros didáticos que se viam obrigados a editar suas obras fora do Brasil, era comum a produção desse tipo

de material na França, assim como temos vários autores brasileiros que editaram seus livros em Portugal.

No que diz respeito ao ensino das nas Escolas de Primeiras Letras podemos afirmar que mesmo após a liberação de edição nacional durante muito tempo ainda foram largamente utilizados as cartilhas portuguesas juntamente com as primeiras cartilhas brasileiras.

Ainda que o Estado visasse uma política uniformização metodológica em torno dos livros didáticos, tal como descreve o Ato Adicional de 1834. :

Esta política visava, em última instância, executar um processo de uniformização de procedimentos técnico-pedagógicos e, principalmente, de caráter ideológico. (...) Desde logo prevaleceu a concepção de que constituía tarefa inarredável do Estado a supervisão de manuais e compêndios usados no sistema escolar” (p. 28)

O que se constatava na prática do aprendizado inicial da leitura e da escrita eram cartilhas com diferentes metodologias. Como exemplos podemos a utilização de cartilhas portuguesas, tais como “*Método Português Castilho*”, de Antonio Feliciano de Castilho, editada em 1846 e da *Cartilha Maternal*, do poeta português João de Deus, são um exemplo, na alfabetização, da importação de cartilhas.

A importância do estudo das cartilhas para a história da alfabetização está no fato de que as cartilhas, independente de sua proposta metodológica, elas são concebidas com finalidade didática, diferentemente de outros livros que foram posteriormente didatizados (Escolano, 1997). As cartilhas oferecem muitas possibilidades de investigação como em sua materialidade - formato, volume, ilustrações, disposição das lições e exercícios, tipo de letra; sua proposta político-didática - concepção de método de leitura e escrita; e ainda nos permite aproximarmos daqueles que aprenderam e dos que ensinaram, em contextos diferenciados. (Maciel, 2003)

A proibição de Portugal de que não se publicassem livros e jornais até 1808, dificultou o acesso e retardou o início da imprensa no Brasil. Lindolfo Pereira<sup>6</sup> nos fala do quanto era penoso o trabalho de ensinar e aprender. As primeiras Cartas ou Cartas de Nomes e as Cartas de Fora, destinadas à aprendizagem da leitura, eram trabalho do professor. A ele cabia fazer as Cartas do a-b-c e as de nomes para todos os seus alunos. Para a leitura das Cartas de Fora o mestre recorria aos comerciantes ou, até mesmo, aos cartórios, onde eram comprados autos antigos, que causavam pavor à meninada que sofria para decifrar as abreviaturas dos escrivães. Devido à escassez de livros e à proibição de publicações no Brasil, são poucas as informações sobre o material didático, destinado à alfabetização<sup>7</sup> da população brasileira, entre os séculos XVI e XVIII. As primeiras cartilhas foram trazidas de Portugal.

A análise de algumas cartilhas usadas no Brasil no século XIX apresentava como proposta o ensino da leitura de uma forma lenta, pois os alunos aprendiam inicialmente e de forma isolada as letras, os nomes das letras, quantas e quais são, quais as vogais e quais as consoantes, a ordenação em que se devem apresentar, tudo isso, segundo Rosa (s/d)<sup>8</sup>

As principais fontes para essa pesquisa foram encontrados no arquivo Público de Minas Gerais – Belo Horizonte, na Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro e na Biblioteca João de Deus, em Portugal. As fontes são primárias, e é um trabalho de pesquisa que demanda ao pesquisador conhecimentos prévios sobre títulos e autores de cartilhas para que não seja levado a analisar livros de leitura como se fossem destinados ao ensino inicial da leitura e da escrita, pois este é o nosso recorte e portanto o objeto a ser investigado.

A busca a essas fontes tem como objetivo alargar o olhar investigativo, isto é, ir além da legislação, do ordenamento presente nas orientações metodológicas e buscar a materialidade dos livros, na tentativa de articular a produção material com as diferentes e até mesmo divergentes formas de apropriação.

---

<sup>6</sup> Pereira, Lindolfo. A escola antiga. *Revista do Ensino de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. N.23, out. 1927.

<sup>7</sup> O termo alfabetização é recente na história do ensino, entretanto ele será mantido por se considerar que este é o campo pedagógico específico para o qual se destinam os materiais didáticos aqui analisados

<sup>8</sup> ROSA, Maria Carlota. Cartinhas e cartilhas: as “artes para ler” no século XVI (mimeografado)

Implica ir além da contemplação, do saudosismo que determinados objetos escolares despertam, é preciso avançar no sentido de procurar entendê-los em seu contexto, em seu ambiente de origem.

Em 1881, José Jorge Paranhos da Silva apresenta uma proposta metodológica para ensinar a ler e a escrever em pouco tempo e de acordo com a pronúncia do Brasil. Ao analisarmos o exemplar constatamos que o autor acredita que a

***Carta de nomes – para se ensinar e pôco tempo a ler e a escrever – figura do a pronúcia do Brazil – Dedicada a os mestres e paes brasileiros por Jozé Jórge Paranhos da Silva – Aotor do “Sistema de Ortografia Brasileira” – Ri-o de Janeiro – Tipografia de L. Winter – Rua do Hospisio***

garantirá aos alunos uma aprendizagem sem a soletração e de acordo com a língua falada no Brasil e apresenta as vantagens de se ensinar a ortografia brasileira e não a escrita portuguesa. Constatamos que ha um inconformismo do autor em fazer com os brasileiros aprendam a ler e escrever com a ortografia de Portugal e defende que aprenda a nossa que ele denomina de língua brasileira. Até o momento, não dispomos de dados de que esta proposta metodológica tenha sido utilizada em escolas brasileiras.

Imbuído da necessidade de se ter uma cartilha brasileira, mas diferentemente da proposta de José Jorge Paranhos da Silva, o mineiro Antonio Pinheiro de Aguiar, propõe um método para ensinar a ler cujo título é *Methodo<sup>9</sup> Pinheiro Ba-ca-da-fa ou Methodo de Leitura Abreviada<sup>10</sup>*. O método Bacadafa não apresenta como mote o uso de uma língua brasileira, entretanto constamos a presença do nacionalismo na constituição dos personagens da cartilha: São todos indígenas, Bacadafa é o pai, Gajalama a mãe, Naparasa o filho e Tavaxaza outro filho. Constatamos que os nomes dados aos indígenas são compostos das consoantes de nosso alfabeto.

<sup>9</sup> Preservou, sempre que foi possível, a forma original, os grifos e a ortografia da época.

<sup>10</sup> O material de que disponho para analisar é uma cópia xerografada editada pela Typ. de Pinheiro & C, na cidade do Rio de Janeiro, em 1877. Sobre este método ver Maciel (2002) e Alessandra???(2004)

Desse modo, o autor congrega o ensino das consoantes atribuindo nomes aos personagens nativos da história do Brasil. A material dispõe ao todo de quatorze páginas, não numerada, sendo que nas páginas dois a cinco, sob o título de Prólogo, o autor apresenta os argumentos de criação de seu método de leitura abreviada em favor da juventude e do professorado que utilizam o fastioso método do be-a-bá. O autor ressalta o sucesso de seu método, a partir de uma exposição pública em 7/11/1858, em São Cristóvão, onde “*provou que em vinte lições os meninos conseguirão a leitura corrente*”. O sucesso dos resultados, em outras exposições públicas e a chancela da presença de S.A. o Sr. Conde D’Eu e em outra do S. A. Imperial “*motivação a adoção do methodo na terceira escola publica de meninos da freguesia de Sant’Anna, no Rio de Janeiro, sob a direção do autor*”. É interessante observar que o autor termina o seu prólogo com uma lista de 54 nomes (entidades, conselheiros, vigários, professores) que adotariam o *Methodo Bacadafa* sob a indicação do S.M.Imperador.

Ainda que seja mineiro, não encontramos nos documentos de pedidos e remessas de cartilhas este título dentre os solicitados nas escolas de primeiras letras na província de Minas Gerais.

Construir a história da alfabetização através das cartilhas é um dos meios pelos quais podemos analisar historicamente as tendências metodológicas, o ideário pedagógico subjacente às cartilhas, e de certa forma as políticas públicas oferecendo chancelas aos autores através de indicações, autorizações, convênios... Essas “oferendas” governamentais poderiam ser uma estratégia de controle da tarefa de ensinar, através da atuação do professor.

A pesquisa realizada até o momento tem possibilitado identificar as permanências e as mudanças em torno da produção de cartilhas brasileiras no século XIX, período anterior à República, pois sabemos que o ideário republicano marca um novo tempo na história da educação do Brasil e tem sido objeto de investigação de pesquisadores brasileiros como já foram mencionados neste trabalho. A pesquisa em andamento de pós-doutoramento tem possibilitado o levantamento de novos questionamentos em torno da função das cartilhas junto aos professores, o que nos faz indagar qual era o

nível de atuação do professor, dependência, autonomia, interlocução? As cartilhas colaboravam na formação do professor, ou se restringia ao caráter prescritivo?

Outro questionamento diz respeito a ausência da materialidade e dos alunos e que deveriam usar as cartilhas, em geral considerados alunos pobres. E como era da competência do Estado adquirir os livros, isso acontecia de forma muito precária e insuficiente para atender a todos os alunos, isso nos leva a entender a escassez e a falta de exemplares para que possamos fazer uma análise mais detalhada da materialidade e das modificações entre as edições das cartilhas usadas para ensinar a ler e a escrever os brasileiros do Brasil-Império.

### **Referências bibliográficas**

AMÂNCIO, Lazara Nanci de Barros. *O Ensino de Primeiras Letras no Estado de Mato Grosso: os regulamentos da Instrução pública*. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *Ensino de Leitura na escola primária no Mato Grosso: contribuição ao estudo de aspectos de discurso institucional no início do século XX*. Presidente Prudente: UNESP, 2000. (Tese de Doutorado)

BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da Santa Madre Igreja*. Lisboa: Luiz Rodrigues, 1539.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo: USP, 1993. (Tese de Doutorado)

BOTO, Carlota Josefina M.C. dos Reis. *Ler, escrever e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)* São Paulo: USP, 1997. (Tese de Doutorado)



CARVALHO, Silvia A S. de. *O ensino da leitura e da escrita: o imaginário republicano (1890-1920)*. São Paulo: Puc/São Paulo, 1998.

CHARTIER, Roger. (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

\_\_\_\_\_ *Cultura escrita, literatura e história. Porto Alegre: Artes, 2002.*

CHOPPIN, Alan. *Les manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachete, 1992.

DEUS, João de. *A Cartilha Maternal ou a arte de leitura por João de Deus*. Lisboa.

DIETZSCH, Mary Julia. *Alfabetização: propostas e problemas para uma análise do seu discurso*. São Paulo: USP, 1979.(Dissertação de Mestrado)

ESCOLANO, Augustin Benito. *História ilustrada del libro escolar em España. Del antiguo régimen a la segunda república*. Madri: Fundacion German Sanches Ruipere, 1997

\_\_\_\_\_ *La renovacion de la manualistica escolar em la España de entresiglos*. In: *Actas do Colóquio a geração de 98 e o pensamento finisecular na Península Ibérica*.1998

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva & Maciel Francisca Izabel Pereira. *O "Estado Novo" nas cartilhas de alfabetização*. II CBHE. História e Memória da educação brasileira. Natal, 2002.

GRAFF, Harvey. O mito do alfabetismo. *Teoria e educação*. Porto Alegre: Pannônica, n.2, 1990, p.30-64.

\_\_\_\_\_ *Os labirintos da alfabetização: reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil; sua história*. São Paulo, T.A. Queiroz, Editor/Edusp. 1985.( Publicado original em inglês: Books in Brazil; a history of the publishing trade - 1982)

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade-cultura: uma fórmula para a mente moderna. In: Olson, David R. & Torrance, Nancy.(org) *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995, p.17-34.

HÉBRARD, Jean. *O auto-didatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler?* In: Chartier, Roger. (org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 35 a 74.

\_\_\_\_\_ *Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural*. In: ABREU, Márcia. (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: ALB/FAPESP/Mercado das Letras, 1999.

MACIEL Francisca Izabel Pereira. *Lúcia Casasanta e o método global de contos; uma contribuição á história da alfabetização em Minas Gerais*. Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2001. (Tese de Doutorado)

\_\_\_\_\_ *As cartilhas e a história da alfabetização: alguns apontamentos*. *Revista de História da Educação*. Pelotas, n.11. p.147-168, abr. 2002.

\_\_\_\_\_ *História da alfabetização: perspectivas de análise*. In: Veiga, Cynthia Greive & Fonseca, Thais Nivia de lima e. *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. 2003 p.227-252

\_\_\_\_\_ & FRADE, Isabel. *A história da alfabetização nas cartilhas escolares: práticas pedagógicas, produção e circulação em Minas Gerais.(1834-1997)* In: *Anais II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia:EDUFU,2004,pp.545-557

MAGALHÃES, Justino . *Ler e escrever no mundo rural do mundo antigo*. Braga: Universidade do Minho,1994

\_\_\_\_\_ Linhas de investigação em História da Alfabetização em Portugal-um domínio do conhecimento em renovação. In: *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Porto, 1998, p.23-46.

\_\_\_\_\_ Alfabetização e História: tendências e perspectivas. In: Batista, Antonio A & Galvão, Ana Maria (orgs). *Práticas de leitura, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MINAS GERAIS(1827-1852)- Relatórios do governo mineiro, de transmissão de administração Arquivo Público Mineiro  
[www.crl.uchicago.edu/info/brazil/index.html](http://www.crl.uchicago.edu/info/brazil/index.html)

MINAS GERAIS. *Regulamento do Ensino Público e Particular*. Belo Horizonte, 1883.

MORTATTI , Maria do Rosário. *Os sentidos da alfabetização: a questão dos métodos e a constituição do objeto de estudo (São Paulo 1876-1994)*. Presidente Prudente: UNESP, 1997. (Tese de Livre-Docência)

NÓVOA, António.& BERRIO, Julio Ruiz.(org) *A história da educação em Espanha e Portugal, investigações e actividades*. Lisboa. IAG.1993

OSSENBACH, Gabriela & SOMOZA, Miguel. *Los manuales escolares como fuente para la historia de la educación em América Latina*. Madrid.UNED.2001

PEREIRA, Lindolfo. A escola antiga. *Revista do Ensino de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.N.23,out.1927.

SCHUELER, Alessandra Frota . Precursores . Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. *Nossa História*. N.14. 2004.

SOARES, Magda & Maciel Francisca. *Alfabetização no Brasil, o estado do conhecimento*. Brasília: Inep/Comped, 1999. <http://www.inep.gov.br>

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. *Os livros didáticos, o método de alfabetização e de ensino no Brasil (1822-89)*. I Congresso Luso - Brasileiro de História da Educação – Lisboa, 1996.

TAMBARA, Elomar Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. *Revista História da Educação*. Pelotas: Editora da UFPel, 2002, p. 25-51.

\_\_\_\_\_ *Bosquejo de um Ostensor do Repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas: Seiva Publicações.2003

TRINDADE, Iole. Maria Faveiro. *A invenção de uma nova ordem para as cartilhas. Queres ler?* UFRS, 2001(tese doutorado)

\_\_\_\_\_ *A invenção de uma nova ordem para as cartilhas*. Bragança Paulista: Editora USF.2004.

\_\_\_\_\_ *A Cartilha Maternal e algumas marcas de sua aculturação*. Revista Brasileira de História da Educação.São Paulo: Autores Associados.n.7,2004,p.109-134

VINÃO, Antonio Frago. História da alfabetização versus história do pensamento, ou seja, da mente humana. *Teoria e educação*. Porto Alegre: Pannônica, n.2, 1990, p.124-135.

\_\_\_\_\_ *Alfabetização na sociedade e na história*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.